



Sant'Anna



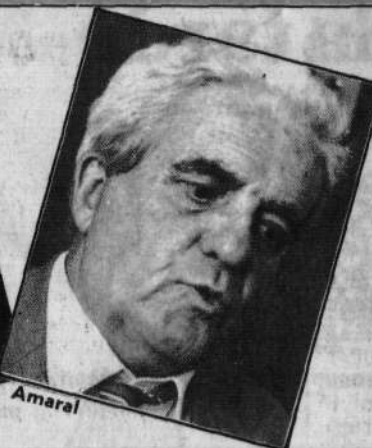
Lourenço



Ulysses



Luiz Henrique



Amaral

Passado o carnaval, os constituintes voltam ao trabalho com dois problemas: o acordo para a votação do regimento interno e o funcionamento da Câmara. O PFL está otimista com uma solução mas o PMDB já ameaça decidir sozinho.

Um dia de problemas. E de crise?

A Constituinte reinicia seus trabalhos hoje, depois do recesso carnavalesco, com duas indefinições importantes: a aprovação do seu regimento interno, que depende de acordo partidário, e a decisão sobre o funcionamento ordinário da Câmara e do Senado. Ontem, no início da noite, o líder do governo e da maioria, e o líder do PFL na Câmara, deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (BA), aguardavam o retorno a Brasília do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para decidir sobre aquelas pendências. Já o líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, informou que, com ou sem acordo, o PMDB vai tentar aprovar o regimento interno da Assembléia ainda esta semana.

Para executar essa intenção, o líder peemedebista manteve, ontem, reunião com representantes de vários dos pequenos partidos da esquerda, na tentativa de obter quórum para votação, mesmo con-

tra o PFL, PDS e PTB, e a virtual dissidência dentro do próprio PMDB. Luiz Henrique declarou, ainda, que já considera mais flexível a posição do líder do PFL, José Lourenço.

Nesse sentido, Sant'Anna e Lourenço manifestaram ontem sua expectativa otimista de que tudo será resolvido, sem maiores problemas, durante a manhã de hoje. O líder do PFL, que ameaçava abrir a sessão vespertina da Câmara às 13 horas, junto com o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), disse ontem que aceita negociar com o PMDB a abertura da sessão no horário que for mais conveniente. "Queremos abrir a sessão da Câmara com o dr. Ulysses na presidência ou negociar outra hora" — explicou Lourenço. Salientou, ainda, que o acordo para a aprovação do regimento interno da Constituinte está "praticamente certo", dependendo apenas de acertos finais com o deputado Ulysses Guimarães. "Acredito que não tere-

mos maiores problemas e que tudo será solucionado nas próximas horas" — enfatizou.

Recesso Branco

A rigor, a Câmara está desrespeitando, desde o dia 1º passado, o seu regimento interno, que determina a realização de sessões ordinárias diárias. Para permitir que a Casa entre em recesso branco, como quer Ulysses Guimarães, e os deputados do PMDB, do PDT, do PT e do PCB que defendem a soberania da Assembléia, a Câmara terá que votar um projeto de resolução suspendendo os seus trabalhos. A tendência, contudo, é a Casa acompanhar o Senado, que realiza sessão ordinária hoje, às 18h30m para adaptar seu regimento interno.

De acordo com o projeto de resolução da Mesa do Senado, serão realizadas duas sessões ordinárias por semana, até a aprovação da sua extensa pauta de votação, que inclui a indicação de 14 embaixadores e mais de 80 pedidos de em-

préstimos de Estados e Municípios. Esgotada a pauta, o Senado só deverá se reunir ordinariamente em casos excepcionais e por convocação do seu presidente. As comissões técnicas serão constituídas, mas funcionarão em regime de urgência, com pareceres técnicos lidos em plenário.

Na Câmara, apesar das resistências de Ulysses Guimarães e do "grupo pró-soberania", os trabalhos ordinários deverão ser realizados simultaneamente com os da Constituinte, nas segundas e sextas-feiras, dias considerados fracos e que serviriam para os constituintes debaterem questões estaduais e de interesse imediato de seus eleitores, ou para a votação de projetos do Executivo.

O PFL e o PDS já anunciaram que vão forçar o funcionamento da Câmara, para garantir o cumprimento da Constituição em vigor. Os líderes dos dois partidos alegam que a Câmara já elegeu seu comando administrativo, confirmando os

termos da emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, que determina a realização simultânea de seus trabalhos com as funções ordinárias do Congresso.

Quando retornar a Brasília, Ulysses Guimarães vai encontrar um pedido de inscrição do líder Amaral Neto para a sessão ordinária da Câmara de hoje. Ele pretende fazer uso do horário do grande expediente para apresentar dois requerimentos de informações ao Executivo e apresentar projeto de lei revogando o decreto-lei que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento e institui o empréstimo compulsório dos combustíveis, carros novos e das viagens ao Exterior.

Regimento

O regimento interno da Constituinte, que deverá ser votado amanhã, depende ainda da formalização do acordo PMDB — PFL. Entre os pontos polêmicos está a questão da soberania, que deverá ser resolvida com uma emenda de redação.

explicitando que os "projetos de decisão" serão destinados apenas a salvaguardar o funcionamento da Assembléia.

Outro ponto discordante é o quórum para a votação dos temas constitucionais, que o PMDB quer que sejam aprovados por maioria absoluta — dois terços mais um — e o PFL e os pequenos partidos por maioria simples. O plebiscito para a população referendar a nova Constituinte também divide os partidos. Os peemedebistas e os pequenos partidos querem a sua realização logo após a promulgação da futura Carta e os pefelistas consideram desnecessária essa consulta.

A votação do regimento, na verdade, passou a ser o pano de fundo da disputa travada entre o PMDB e o PFL pelo comando da Constituinte. Os demais partidos vão apenas alinhar-se com o vencedor, já que não têm força numérica para modificar as decisões das duas bancadas.